


O PAPEL DO DIREITO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

THE ROLE OF ENVIRONMENTAL LAW IN BUILDING SUSTAINABLE CITIES

EL PAPEL DEL DERECHO AMBIENTAL EN LA CONSTRUCCIÓN DE CIUDADES SOSTENIBLES

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-240>

Data de submissão: 22/08/2025

Data de publicação: 22/09/2025

Jefferson Marques Costa

Doutorando em Direito

Instituição: UNIVALI

E-mail: 21656@mpro.mp.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6643561574637562>

Patrick Carvalho Silva

Especializado em Direito Penal

E-mail: patrickcarvalhosilva@yahoo.com.br

E-mail: 21656@mpro.mp.br

Ronilson de Souza Luiz

Pós-doutor em Educação

Instituição: PUC-SP

E-mail: profronilson@uol.com.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1457314328660305>

RESUMO

O artigo analisa o papel do direito ambiental na construção de cidades sustentáveis, destacando a relevância da legislação e da governança para a promoção de um desenvolvimento urbano equilibrado. As cidades enfrentam desafios relacionados à urbanização descontrolada, poluição e planejamento inadequado, problemas que comprometem a qualidade de vida da população urbana. Neste contexto, o direito ambiental surge como um instrumento fundamental para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado e promover a justiça social. São discutidos os principais marcos legais brasileiros, como a Política Nacional do Meio Ambiente, a Lei de Crimes Ambientais e a Lei de Mobilidade Urbana, que estabelecem diretrizes para um desenvolvimento urbano sustentável. Além disso, o artigo aborda a importância da participação social e da governança ambiental como elementos essenciais para garantir a efetividade das políticas públicas. A discussão também inclui a relação entre direito ambiental e sustentabilidade urbana, destacando a necessidade de uma integração entre diferentes atores sociais e políticas setoriais para a construção de cidades mais sustentáveis e resilientes. Por fim, são apresentados exemplos de boas práticas em cidades brasileiras que têm implementado iniciativas bem-sucedidas voltadas para a sustentabilidade urbana.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Cidades Sustentáveis. Legislação Ambiental. Participação Social. Governança Ambiental.

ABSTRACT

The article analyzes the role of environmental law in building sustainable cities, highlighting the relevance of legislation and governance in promoting balanced urban development. Cities face challenges related to uncontrolled urbanization, pollution, and inadequate planning, which compromise the quality of life of urban populations. In this context, environmental law emerges as a fundamental instrument to ensure an ecologically balanced environment and promote social justice. The article discusses key Brazilian legal frameworks, such as the National Environmental Policy, the Environmental Crimes Law, and the Urban Mobility Law, which establish guidelines for sustainable urban development. Furthermore, it addresses the importance of social participation and environmental governance as essential elements to ensure the effectiveness of public policies. The discussion also includes the relationship between environmental law and urban sustainability, emphasizing the need for integration among different social actors and sectoral policies to build more sustainable and resilient cities. Finally, examples of best practices in Brazilian cities that have successfully implemented initiatives aimed at urban sustainability are presented.

Keywords: Environmental Law. Sustainable Cities. Environmental Legislation. Social Participation. Environmental Governance.

RESUMEN

El artículo analiza el papel del derecho ambiental en la construcción de ciudades sostenibles, destacando la importancia de la legislación y la gobernanza para promover un desarrollo urbano equilibrado. Las ciudades se enfrentan a retos relacionados con la urbanización descontrolada, la contaminación y la planificación inadecuada, problemas que comprometen la calidad de vida de la población urbana. En este contexto, el derecho ambiental surge como un instrumento fundamental para garantizar un medio ambiente ecológicamente equilibrado y promover la justicia social. Se discuten los principales marcos legales brasileños, como la Política Nacional del Medio Ambiente, la Ley de Delitos Ambientales y la Ley de Movilidad Urbana, que establecen directrices para un desarrollo urbano sostenible. Además, el artículo aborda la importancia de la participación social y la gobernanza ambiental como elementos esenciales para garantizar la eficacia de las políticas públicas. El debate también incluye la relación entre el derecho ambiental y la sostenibilidad urbana, destacando la necesidad de una integración entre los diferentes actores sociales y las políticas sectoriales para la construcción de ciudades más sostenibles y resilientes. Por último, se presentan ejemplos de buenas prácticas en ciudades brasileñas que han implementado iniciativas exitosas orientadas a la sostenibilidad urbana.

Palabras clave: Derecho Ambiental. Ciudades Sostenibles. Legislación Ambiental. Participación Social. Gobernanza Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A relevância do direito ambiental na construção de cidades sustentáveis é um tema de destaque nas discussões sobre desenvolvimento urbano no século XXI. As cidades, ao concentrarem a maior parte da população mundial, enfrentam uma série de desafios socioambientais que requerem políticas públicas eficazes e uma governança que garanta o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, preservação ambiental e qualidade de vida. Nesse contexto, o direito ambiental torna-se essencial, pois é por meio de suas normas que se garante a proteção do meio ambiente e se promove a sustentabilidade urbana. Conforme (Canotilho, 2014), o direito ambiental estabelece parâmetros para que tanto o poder público quanto a iniciativa privada garantam um ambiente ecologicamente equilibrado, direito assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Segundo (Souza; Soares, 2021), a crise ecológica decorre, em parte, da distinção ontológica entre homem e natureza, o que afeta diretamente as possibilidades de um desenvolvimento urbano sustentável. Para enfrentar essa crise, é necessário superar tal distinção, promovendo uma nova relação ética entre o ser humano e o meio ambiente. Assim, o direito ambiental é crucial não apenas como um conjunto de normas, mas também como um guia para uma nova ética de convivência com a natureza.

No contexto dos Estados contemporâneos, o desenvolvimento econômico e a urbanização crescente trazem desafios ambientais que afetam a qualidade de vida nas cidades. Dessa forma, o problema de pesquisa deste estudo é: como o direito ambiental pode contribuir para a construção e manutenção de cidades sustentáveis nos Estados contemporâneos? O objetivo é compreender como os mecanismos legais podem integrar políticas ambientais ao planejamento urbano, assegurando a sustentabilidade e a resiliência das cidades (Bauman, 2008) aponta que a sociedade moderna, marcada pelo consumismo e individualismo, demanda uma abordagem integrada, na qual o direito ambiental desempenha um papel central.

O direito ambiental visa não apenas à preservação do meio ambiente, mas também ao desenvolvimento que seja socialmente justo e economicamente viável. O objetivo deste artigo é investigar o papel do direito ambiental na formulação de estratégias para cidades sustentáveis, considerando a governança e a legislação vigente. Entre os objetivos específicos, busca-se analisar as principais legislações ambientais brasileiras e internacionais que fomentam a sustentabilidade urbana, discutir a importância da governança ambiental e da participação social no planejamento das cidades, e identificar os desafios para a implementação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade. Para (Silva, 2018), é essencial que as legislações sejam ajustadas para enfrentar os desafios urbanos atuais, promovendo uma integração eficiente entre as políticas ambientais e de desenvolvimento urbano. Além disso, (Souza; Soares, 2020) destacam que a crise pandêmica evidenciou a necessidade de

repensar as políticas públicas urbanas e a responsabilidade dos agentes jurídicos na construção de ambientes sustentáveis e resilientes.

A relevância do tema está associada aos desafios impostos pela crise ambiental global e pelas mudanças climáticas, que impactam tanto os ecossistemas naturais quanto o bem-estar das populações urbanas. A urbanização descontrolada, a poluição, a geração excessiva de resíduos e o planejamento inadequado são problemas que comprometem a qualidade de vida nas cidades. Assim, a construção de cidades sustentáveis exige cooperação entre diferentes setores da sociedade, incluindo poder público, iniciativa privada e a população. A participação social é um dos elementos fundamentais para garantir a eficácia das políticas públicas, como observa (Santos, 2019), destacando que ela contribui para a construção de cidades mais justas e sustentáveis.

Cidades sustentáveis envolvem a integração de elementos que asseguram a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações, sem comprometer as necessidades das gerações atuais. (Veiga, 2015) argumenta que a sustentabilidade urbana deve ser pensada considerando não apenas a preservação ambiental, mas também a justiça social e o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, o direito ambiental é fundamental para criar o arcabouço legal necessário à implementação de práticas sustentáveis. A legislação ambiental brasileira, como a Política Nacional do Meio Ambiente e a Lei de Crimes Ambientais, estabelece as bases para um desenvolvimento urbano equilibrado e responsável (Machado, 2016).

Outro pilar para cidades sustentáveis é a governança ambiental, que envolve a participação de diversos atores sociais na tomada de decisões sobre o meio ambiente e o desenvolvimento urbano. Já (Loureiro, 2017) afirma que a governança eficiente exige articulação entre diferentes níveis de governo, participação ativa da sociedade civil e envolvimento do setor privado. No Brasil, há desafios, como a falta de integração entre políticas ambientais e urbanas e a dificuldade de garantir a participação efetiva da sociedade. Contudo, mecanismos como conselhos de meio ambiente e audiências públicas fortalecem a governança e promovem a sustentabilidade (Loureiro, 2017).

O planejamento urbano também é essencial para a construção de cidades sustentáveis. (Ferreira, 2018) defende que o planejamento deve ser integrado, levando em conta os aspectos econômicos, sociais e ambientais. Instrumentos como o zoneamento ecológico-econômico e os planos diretores orientam o crescimento das cidades de maneira sustentável. O plano diretor, em particular, visa garantir que o desenvolvimento ocorra de forma equilibrada, respeitando os limites ambientais e promovendo o uso racional dos recursos naturais. A efetividade desses instrumentos depende da implementação de políticas públicas com critérios técnicos e da participação ativa da comunidade.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) é um exemplo de como o direito ambiental pode contribuir para cidades sustentáveis; (Oliveira, 2019) destaca que essa política promove a responsabilidade compartilhada e incentiva a reciclagem e o reaproveitamento de materiais. A gestão adequada dos resíduos é um desafio central para as cidades brasileiras, e a implementação eficaz dessa política depende da articulação entre os níveis de governo e da conscientização da sociedade.

Por fim, a participação social, conforme (Santos, 2019), é fundamental para o planejamento urbano e a gestão ambiental, garantindo que as políticas públicas atendam as necessidades da população e respeitem os princípios da sustentabilidade. A construção de cidades sustentáveis não depende apenas da criação de leis, mas também do engajamento e conscientização da sociedade. Ribeiro (2022) reforça que a educação ambiental é essencial para sensibilizar a população sobre a importância da preservação ambiental e promover práticas sustentáveis.

2 DIREITO AMBIENTAL E O CONCEITO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

2.1 CONCEITO DE DIREITO AMBIENTAL

O direito ambiental é um ramo do direito que visa proteger o meio ambiente e garantir um desenvolvimento sustentável, pautado na conciliação entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais. O conceito de direito ambiental começou a se consolidar na segunda metade do século XX, como resposta às crescentes preocupações com a degradação ambiental e os efeitos negativos da atividade humana sobre os ecossistemas. Segundo (Canotilho, 2014), o direito ambiental se apresenta como um conjunto de normas, princípios e diretrizes que visam assegurar o uso racional dos recursos naturais, garantindo um ambiente saudável para as gerações presentes e futuras. Essa preocupação com a proteção ambiental reflete a necessidade de estabelecer uma regulação que limite as atividades humanas, especialmente no que tange à exploração dos recursos naturais, poluição e degradação dos ecossistemas.

A origem do direito ambiental pode ser traçada até as primeiras legislações que buscavam regular o uso dos recursos naturais, como a água e as florestas. Segundo (Machado, 2016), ainda que existissem normas que visavam proteger determinados recursos naturais, o direito ambiental, tal como o conhecemos hoje, começou a ganhar forma a partir dos movimentos ambientalistas dos anos 1960 e 1970, quando houve uma maior conscientização global sobre os impactos ambientais das atividades industriais e da urbanização descontrolada. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, é considerada um marco importante para a evolução do

direito ambiental, pois estabeleceu princípios que norteariam a criação de legislações ambientais em diversos países, incluindo o Brasil.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representa um divisor de águas para o direito ambiental, ao estabelecer, em seu artigo 225, que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. De acordo com (Silva, 2018), a inclusão da proteção ambiental como um direito fundamental reflete o compromisso do Estado brasileiro com a promoção do desenvolvimento sustentável e a proteção dos recursos naturais. Além disso, a Constituição atribui ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, o que evidencia a importância da participação social na efetivação das políticas ambientais.

A evolução histórica do direito ambiental brasileiro também pode ser observada na criação de diversas legislações que têm como objetivo proteger o meio ambiente e promover o uso sustentável dos recursos naturais. De acordo com (Loureiro, 2017), a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) é um marco importante na história do direito ambiental no Brasil, pois estabeleceu os princípios e os instrumentos necessários para a gestão ambiental, como o licenciamento ambiental e a avaliação de impacto ambiental. Esses instrumentos são fundamentais para garantir que as atividades potencialmente poluidoras sejam realizadas de maneira controlada, minimizando os danos ao meio ambiente e garantindo o uso racional dos recursos naturais (Loureiro, 2017).

Outro momento relevante na evolução do direito ambiental no Brasil foi a criação da Lei de Crimes Ambientais (Brasil, 1998) (Lei nº 9.605/1998), que visa responsabilizar criminalmente aqueles que causam danos ao meio ambiente. Para (Costa, 2021), a Lei de Crimes Ambientais representa um avanço significativo na proteção ambiental, pois cria sanções para atividades que degradam o meio ambiente e estabelece a responsabilização tanto de pessoas físicas quanto jurídicas. A responsabilização é um elemento fundamental para garantir a efetividade do direito ambiental, pois desestimula a prática de atividades poluidoras e incentiva o cumprimento das normas ambientais.

O direito ambiental também é caracterizado por sua interdisciplinaridade, uma vez que envolve aspectos jurídicos, ecológicos, econômicos e sociais. De acordo com Ferreira (2018), a proteção ambiental não pode ser vista de forma isolada, pois depende de uma abordagem integrada que leve em consideração as relações entre o ser humano e o meio ambiente. Assim, o direito ambiental se relaciona com outras áreas do direito, como o direito administrativo, o direito penal e o direito civil, além de envolver conhecimentos de outras disciplinas, como a biologia e a economia. Essa abordagem interdisciplinar é essencial para compreender a complexidade dos problemas ambientais e buscar soluções que sejam eficazes e sustentáveis.

Além da evolução normativa, o direito ambiental brasileiro também tem sido influenciado por compromissos internacionais, como o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Para Almeida (2020), esses compromissos internacionais têm um papel importante na definição das políticas ambientais brasileiras, pois estabelecem metas e diretrizes que orientam a ação do Estado e da sociedade na promoção da sustentabilidade. O Acordo de Paris, por exemplo, tem como objetivo limitar o aumento da temperatura global e reduzir as emissões de gases de efeito estufa, o que exige a adoção de políticas públicas voltadas para a redução da poluição e o incentivo ao uso de fontes de energia renováveis.

A importância do direito ambiental no contexto contemporâneo está relacionada à necessidade de enfrentar os desafios ambientais que ameaçam a qualidade de vida e o equilíbrio dos ecossistemas. De acordo com (Souza; Soares, 2021), a crise ambiental global é resultado de um modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico em detrimento da preservação ambiental. Nesse sentido, o direito ambiental surge como uma ferramenta essencial para reverter esse quadro, promovendo uma nova ética de convivência com o meio ambiente, baseada na sustentabilidade e no respeito aos limites dos recursos naturais.

A participação social também é um elemento fundamental para a efetividade do direito ambiental. Segundo Santos (2019), a Constituição de 1988 reconhece o direito da sociedade de participar dos processos decisórios relacionados ao meio ambiente, o que é essencial para garantir que as políticas públicas sejam efetivas e que atendam às necessidades da população. A criação de conselhos de meio ambiente, a realização de audiências públicas e a consulta popular são exemplos de mecanismos que permitem a participação da sociedade na formulação e na implementação das políticas ambientais. A participação social é importante porque garante que as decisões sejam tomadas de forma democrática e que considerem as diferentes perspectivas e interesses envolvidos na questão ambiental.

O direito ambiental também está relacionado ao conceito de justiça ambiental, que busca garantir que todos os grupos sociais tenham igual acesso aos recursos naturais e que não sejam desproporcionalmente afetados pelos impactos ambientais negativos. A justiça ambiental é um princípio que orienta a atuação do direito ambiental, assegurando que as políticas públicas sejam voltadas para a proteção dos grupos mais vulneráveis e para a promoção de uma distribuição equitativa dos benefícios e dos ônus decorrentes do uso dos recursos naturais. Esse princípio é fundamental para garantir que o desenvolvimento sustentável seja também socialmente justo, atendendo às necessidades de toda a população e não apenas de determinados grupos econômicos (Ribeiro, 2022).

A evolução do direito ambiental no Brasil e no mundo mostra que ele é um instrumento fundamental para a promoção da sustentabilidade e para a proteção dos recursos naturais. No entanto, para que o direito ambiental seja efetivo, é necessário que haja um comprometimento não apenas do poder público, mas também da iniciativa privada e da sociedade como um todo. De acordo com (Souza; Soares, 2020), a responsabilidade pela proteção ambiental deve ser compartilhada, e o direito ambiental tem um papel importante na definição das responsabilidades e dos deveres de cada um dos atores sociais envolvidos nesse processo.

2.2 CIDADES SUSTENTÁVEIS: DEFINIÇÃO E PRINCÍPIOS

O conceito de cidades sustentáveis surge da necessidade urgente de transformar as áreas urbanas, que têm sido historicamente fontes de degradação ambiental, em espaços que promovam um equilíbrio entre desenvolvimento socioeconômico e a preservação do meio ambiente. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), cidades sustentáveis são aquelas que conseguem satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, estando diretamente ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 11, que visa tornar as cidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

As cidades modernas enfrentam desafios significativos, como a urbanização acelerada, a desigualdade social, a poluição e o consumo excessivo de recursos naturais. Essas questões são exacerbadas pelo crescimento populacional desordenado e pela falta de planejamento urbano adequado. De acordo com (Cruz; Bodnar, 2011), o paradigma da sustentabilidade deve se consolidar como um novo norte para o direito na pós-modernidade, representando uma tentativa de harmonizar a convivência humana com o meio ambiente através de políticas públicas que considerem o contexto transnacional e os interesses múltiplos envolvidos na gestão urbana.

A transformação das cidades em espaços sustentáveis exige uma nova perspectiva sobre o planejamento e a gestão urbana, fundamentada em princípios como a justiça social, a preservação ambiental e a participação comunitária. A sustentabilidade nas cidades envolve o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, priorizando o bem-estar da população e a proteção dos recursos naturais (Cruz; Bodnar, 2011). Esse entendimento reflete um compromisso ético e político que visa transformar os espaços urbanos em ambientes que promovam qualidade de vida e equidade para todos.

As cidades sustentáveis são um pilar essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável global, conforme descrito nos ODS. Além de proporcionar infraestrutura básica, como saneamento,

habitação e transporte, as cidades sustentáveis devem promover ambientes de convivência social que favoreçam a inclusão e o engajamento dos cidadãos. De acordo com (Souza; Soares, 2021), essa visão de desenvolvimento urbano exige a superação da tradicional distinção ontológica entre o homem e a natureza, reconhecendo que os seres humanos são parte integrante do ecossistema e que as suas ações têm um impacto direto na qualidade do meio ambiente e, conseqüentemente, na qualidade de vida nas cidades.

O princípio da integração entre o urbano e o natural é fundamental para o conceito de cidades sustentáveis. Esse princípio, segundo (Capra, 2002), implica a necessidade de restaurar o equilíbrio ecológico, através de práticas urbanas que busquem a conservação dos recursos naturais, a promoção de áreas verdes e a gestão eficiente de resíduos e recursos hídricos. O autor defende que a sustentabilidade deve ser abordada de forma holística, considerando os fluxos naturais do ambiente e promovendo uma conexão harmônica entre a cidade e os seus arredores.

No contexto brasileiro, a Constituição de 1988 já estabeleceu a proteção do meio ambiente como um direito fundamental e um dever do poder público e da sociedade. Segundo (Loureiro, 2017), o direito à cidade sustentável está intimamente ligado à garantia de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, e isso envolve a implementação de políticas públicas que promovam práticas sustentáveis na gestão dos recursos urbanos, como o transporte coletivo eficiente, a destinação adequada dos resíduos sólidos e o uso responsável da água. Essas ações, que são parte de um planejamento urbano sustentável, são fundamentais para assegurar que as cidades brasileiras consigam responder aos desafios ambientais e proporcionar uma vida digna para todos os seus habitantes.

As cidades sustentáveis também promovem o conceito de economia circular, que visa reduzir o desperdício de recursos ao longo de todo o ciclo de vida dos produtos. Para (Boff, 2015), a sustentabilidade urbana passa pela mudança no modelo de produção e consumo, no qual os resíduos são minimizados e os recursos são reutilizados, reciclando e reintroduzindo-os na cadeia produtiva. Essa mudança é essencial para combater a lógica do consumismo, que é uma das principais causas da degradação ambiental e da crise ecológica global. A adoção de práticas circulares nas cidades não apenas diminui a pressão sobre os recursos naturais, como também promove a criação de empregos verdes e fomenta uma economia mais resiliente.

A mobilidade urbana sustentável é outro princípio chave para as cidades sustentáveis. O transporte coletivo de qualidade, as ciclovias e as áreas de circulação de pedestres são elementos essenciais para reduzir a dependência dos automóveis e, conseqüentemente, diminuir a emissão de gases de efeito estufa (Almeida, 2020). Além disso, a mobilidade sustentável promove a acessibilidade

e a inclusão social, garantindo que todos os cidadãos possam acessar os serviços e as oportunidades oferecidas pela cidade de maneira igualitária.

Ferreira (2018) afirma que a gestão participativa dos recursos urbanos é um elemento essencial para garantir que as políticas públicas reflitam as necessidades reais da população e que sejam implementadas de maneira justa e inclusiva. A participação da comunidade no processo de tomada de decisão sobre questões urbanas, como a destinação de áreas verdes e a instalação de infraestrutura, promove o empoderamento dos cidadãos e fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade coletiva.

Outro aspecto importante das cidades sustentáveis é a resiliência, ou seja, a capacidade de enfrentar os desafios e se adaptar às mudanças, especialmente no contexto das mudanças climáticas. Conforme aponta (Santos, 2019), as cidades resilientes são aquelas que conseguem se preparar, responder e se recuperar de eventos adversos, como enchentes, secas e outras catástrofes naturais, minimizando os impactos sobre a população. Isso envolve a criação de infraestrutura adequada, o fortalecimento dos sistemas de alerta precoce e a adoção de políticas de mitigação que reduzam a vulnerabilidade das áreas urbanas.

A sustentabilidade urbana não se limita apenas à questão ambiental, mas abrange também os aspectos sociais e econômicos das cidades. De acordo com (Ribeiro, 2022), uma cidade sustentável é aquela que proporciona igualdade de oportunidades, reduzindo as disparidades sociais e promovendo o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, para toda a população. Nesse sentido, o direito à cidade, como um direito humano, implica o direito de todos os indivíduos a usufruírem das vantagens oferecidas pela urbanização, sem discriminação e com igualdade de acesso.

O compromisso com a sustentabilidade exige não apenas mudanças nas políticas públicas, mas também a mobilização de todos os cidadãos em prol de um futuro em que as cidades possam oferecer qualidade de vida para todos, respeitando os limites do planeta. Para (Cruz; Bodnar, 2011), essa transformação depende da adoção de um novo paradigma jurídico que reconheça a centralidade da sustentabilidade como norteador das ações dos Estados e das comunidades, alinhando a proteção do meio ambiente com o desenvolvimento socioeconômico.

2.3 RELAÇÃO ENTRE DIREITO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE URBANA

O direito ambiental exerce um papel essencial na promoção da sustentabilidade urbana, fornecendo o arcabouço normativo necessário para regular as atividades humanas e proteger os recursos naturais nas cidades. A sustentabilidade urbana envolve um equilíbrio delicado entre

crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental, e o direito ambiental atua como uma ferramenta que possibilita a concretização desse equilíbrio.

O direito ambiental se configura como um conjunto de normas que têm o objetivo de garantir um ambiente saudável e preservar os recursos naturais, sendo essencial para orientar as políticas de desenvolvimento urbano e mitigar os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente (Canotilho, 2014). A legislação ambiental é, portanto, fundamental para assegurar que o crescimento urbano ocorra de forma responsável e sustentável, garantindo qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

Um exemplo importante de como o direito ambiental se relaciona diretamente com a promoção da sustentabilidade urbana é a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981). Segundo (Loureiro, 2017), essa legislação estabelece os princípios e os instrumentos de gestão ambiental que orientam a formulação e implementação de políticas públicas para a proteção do meio ambiente, incluindo a avaliação de impacto ambiental e o licenciamento ambiental. Esses instrumentos são essenciais para controlar o uso dos recursos naturais e garantir que as atividades urbanas, como a construção de edifícios e a expansão de infraestrutura, sejam realizadas de maneira a minimizar seus impactos negativos sobre o meio ambiente.

O licenciamento ambiental, em particular, é um mecanismo que busca conciliar o desenvolvimento urbano com a necessidade de preservação ambiental, garantindo que os empreendimentos sejam avaliados quanto aos seus impactos e que medidas mitigadoras sejam adotadas.

Outro exemplo relevante é a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que estabelece sanções para aqueles que causam danos ao meio ambiente. De acordo com (Costa, 2021), a Lei de Crimes Ambientais contribui para a sustentabilidade urbana ao responsabilizar penal e administrativamente pessoas físicas e jurídicas que pratiquem atividades que degradem o meio ambiente. Esse tipo de responsabilização é crucial para garantir a efetividade das normas ambientais e para desincentivar práticas prejudiciais ao meio ambiente.

No contexto urbano, onde as atividades econômicas e de desenvolvimento estão em constante expansão, a aplicação rigorosa dessa lei ajuda a garantir que as empresas e os indivíduos sigam padrões de comportamento que respeitem o meio ambiente e promovam a sustentabilidade.

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos - Lei nº 12.305/2010; é um exemplo de legislação que tem um impacto direto na sustentabilidade urbana. Segundo (Oliveira, 2019), essa lei estabelece diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, promovendo a responsabilidade

compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e incentivando práticas de redução, reutilização e reciclagem.

No contexto das cidades, a gestão adequada dos resíduos sólidos é um dos principais desafios para a sustentabilidade, visto que a disposição inadequada de resíduos contribui para a poluição do solo, da água e do ar. A implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos é, portanto, fundamental para garantir que as cidades brasileiras se tornem mais limpas e saudáveis, promovendo um ambiente urbano mais sustentável e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

O direito ambiental também se relaciona com a promoção da mobilidade urbana sustentável. A Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) é um exemplo de como a legislação pode contribuir para a sustentabilidade urbana ao incentivar o uso de meios de transporte públicos e não motorizados, como bicicletas e caminhadas; (Almeida, 2020) destaca que a promoção da mobilidade sustentável é essencial para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a melhoria da qualidade do ar nas cidades, além de contribuir para a inclusão social e a acessibilidade. A implementação dessa lei enfrenta desafios, como a necessidade de investimentos em infraestrutura e a mudança de hábitos por parte da população, mas é fundamental para garantir um desenvolvimento urbano que respeite o meio ambiente e promova a saúde e o bem-estar da população.

A relação entre direito ambiental e sustentabilidade urbana também é evidenciada pela importância do planejamento urbano sustentável. Para (Ferreira, 2018), o direito ambiental fornece as bases legais para que o planejamento urbano seja realizado de forma a preservar os recursos naturais e promover o uso racional do solo. O plano diretor, que é um instrumento fundamental de política urbana, deve estar alinhado aos princípios do direito ambiental para garantir que o desenvolvimento das cidades ocorra de maneira ordenada e sustentável. Isso inclui a definição de áreas de preservação permanente, a proteção de recursos hídricos e a criação de espaços verdes, que são essenciais para a manutenção da qualidade ambiental nas áreas urbanas.

O direito ambiental não atua de forma isolada na promoção da sustentabilidade urbana, mas em articulação com outros ramos do direito e com políticas públicas de diferentes setores. (Souza; Soares, 2021) apontam que a superação da crise ecológica global e a promoção de cidades sustentáveis exigem uma abordagem integrada que leve em consideração as dimensões sociais, econômicas e ambientais do desenvolvimento urbano. O direito ambiental, nesse contexto, deve funcionar como um elemento catalisador, capaz de promover a articulação entre diferentes políticas públicas e de garantir que o desenvolvimento urbano ocorra de forma sustentável, respeitando os limites do meio ambiente e promovendo a justiça social.

Segundo (Ribeiro, 2022), o direito ambiental deve assegurar que todos os grupos sociais tenham igual acesso aos recursos naturais e que não sejam desproporcionalmente afetados pelos impactos ambientais negativos. No contexto urbano, isso significa garantir que as políticas públicas de sustentabilidade não beneficiem apenas determinados grupos, mas que sejam implementadas de forma a promover a equidade e a inclusão social. A justiça ambiental é, portanto, um princípio fundamental para a promoção da sustentabilidade urbana, garantindo que todos os cidadãos possam usufruir dos benefícios do desenvolvimento sustentável e que os custos ambientais sejam distribuídos de forma justa.

A governança ambiental também desempenha um papel crucial na promoção da sustentabilidade urbana, e o direito ambiental é um instrumento que pode fortalecer essa governança. A participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão é essencial para garantir que as políticas ambientais sejam efetivas e que atendam às necessidades da população (Loureiro, 2017). O direito ambiental, ao prever mecanismos de participação, como audiências públicas e consultas populares, contribui para uma governança mais democrática e inclusiva, que considera as diferentes perspectivas e interesses envolvidos na gestão urbana. Essa participação é fundamental para garantir que as políticas públicas de sustentabilidade urbana sejam implementadas de maneira eficaz e que tenham o apoio da população.

A relação entre direito ambiental e sustentabilidade urbana também pode ser observada em compromissos internacionais que influenciam as políticas públicas nacionais. Tratados como o Acordo de Paris e a Agenda 2030 estabelecem metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a promoção do desenvolvimento sustentável, orientando a ação dos Estados na implementação de políticas que promovam cidades mais sustentáveis (Silva, 2018). No Brasil, esses compromissos internacionais têm sido incorporados à legislação ambiental e urbana, servindo como base para a formulação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e contribuindo para que as cidades brasileiras estejam alinhadas aos padrões globais de desenvolvimento sustentável.

3 GOVERNANÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUSTENTABILIDADE URBANA

A governança ambiental é um elemento essencial para o desenvolvimento de cidades sustentáveis, sendo responsável pela articulação entre diferentes atores sociais, incluindo poder público, sociedade civil e setor privado, para garantir a proteção do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. A governança eficiente envolve a construção de um sistema participativo e descentralizado, no qual a sociedade tem um papel ativo na tomada de decisão sobre questões ambientais (Loureiro, 2017). Dessa forma, a governança ambiental em cidades sustentáveis não se

limita à criação de leis e regulamentos, mas também inclui a implementação de mecanismos que possibilitem a participação efetiva dos cidadãos em processos de planejamento e gestão urbana.

No contexto brasileiro, a governança ambiental tem enfrentado desafios significativos, especialmente no que se refere à integração de políticas públicas e à coordenação entre diferentes níveis de governo. De acordo com (Ferreira, 2018), uma governança ambiental eficaz deve considerar a complexidade das relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento urbano, promovendo a colaboração interinstitucional e a distribuição equitativa dos recursos para garantir que todos os setores da sociedade sejam beneficiados. Neste sentido, instrumentos como os conselhos de meio ambiente e audiências públicas são fundamentais para fortalecer a governança, pois possibilitam o envolvimento direto da sociedade no processo decisório.

A governança ambiental no contexto das cidades sustentáveis também está diretamente relacionada à justiça ambiental, que visa garantir a distribuição equitativa dos benefícios e dos ônus ambientais entre todos os grupos sociais. Segundo (Ribeiro, 2022), a justiça ambiental é essencial para assegurar que as políticas ambientais não favoreçam apenas determinados grupos econômicos, mas que promovam um desenvolvimento urbano inclusivo e sustentável. Assim, a governança ambiental eficaz deve buscar mecanismos que garantam a participação dos grupos mais vulneráveis nos processos de tomada de decisão, assegurando que suas vozes sejam ouvidas e que suas necessidades sejam atendidas.

No Brasil, as políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana têm como objetivo integrar as dimensões ambiental, social e econômica no processo de desenvolvimento das cidades. A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) é um exemplo de legislação que estabelece os princípios e instrumentos necessários para a proteção ambiental e para a promoção da sustentabilidade. Segundo (Silva, 2018), essa legislação define os instrumentos de gestão ambiental, como o licenciamento e a avaliação de impacto ambiental, que são fundamentais para garantir que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira controlada e responsável.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) é outra política pública importante para a promoção da sustentabilidade urbana no Brasil. Essa política estabelece diretrizes para a gestão integrada dos resíduos sólidos, promovendo a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e incentivando práticas de redução, reutilização e reciclagem (Oliveira, 2019). A implementação dessa política tem contribuído para a redução dos impactos ambientais negativos associados à disposição inadequada de resíduos, além de fomentar a criação de empregos verdes e a conscientização da população sobre a importância da gestão adequada dos resíduos.

A Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) também se destaca como um instrumento fundamental para a promoção da sustentabilidade nas cidades brasileiras. Essa lei tem como objetivo incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis, como o transporte coletivo, as bicicletas e o deslocamento a pé, contribuindo para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a melhoria da qualidade do ar nas áreas urbanas (Almeida, 2020). A implementação da Lei de Mobilidade Urbana enfrenta desafios, como a necessidade de investimentos em infraestrutura e a mudança de hábitos da população, mas é essencial para a construção de cidades mais saudáveis e sustentáveis (Almeida, 2020).

O planejamento urbano sustentável é uma ferramenta fundamental para garantir que o desenvolvimento das cidades ocorra de forma equilibrada, respeitando os limites ambientais e promovendo a qualidade de vida da população. (Ferreira, 2018) afirma que instrumentos como o plano diretor e o zoneamento ecológico-econômico são essenciais para orientar o crescimento das cidades de maneira a integrar as dimensões social, econômica e ambiental. O plano diretor, em particular, é um instrumento estratégico que estabelece diretrizes para o uso e ocupação do solo, garantindo que o desenvolvimento urbano respeite os limites impostos pela capacidade de suporte do meio ambiente.

Outro instrumento relevante é o zoneamento ecológico-econômico, que visa identificar as potencialidades e limitações do território, orientando a ocupação do solo de acordo com a capacidade de suporte dos recursos naturais. De acordo com (Loureiro, 2017), o zoneamento é fundamental para garantir que as áreas de maior vulnerabilidade ambiental sejam protegidas e que o uso do solo ocorra de forma racional, minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente. Além disso, o zoneamento ecológico-econômico contribui para a redução dos conflitos de uso do solo e para a promoção de um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Ferreira (2018) também destaca a importância dos planos de gestão de áreas verdes, que têm como objetivo garantir a preservação e ampliação dos espaços verdes nas cidades, promovendo a biodiversidade urbana e melhorando a qualidade de vida da população. Espaços verdes, como parques e praças, desempenham um papel fundamental na regulação climática, na melhoria da qualidade do ar e na promoção do bem-estar da população urbana. Assim, os planos de gestão de áreas verdes são instrumentos essenciais para a construção de cidades sustentáveis, contribuindo para a criação de ambientes mais saudáveis e agradáveis para todos.

Apesar dos avanços na criação de políticas públicas e instrumentos de planejamento urbano sustentável, a governança ambiental no Brasil enfrenta diversos desafios que dificultam a efetiva promoção da sustentabilidade nas cidades. Segundo (Loureiro, 2017), um dos principais desafios é a falta de integração entre as políticas ambientais e urbanas, o que resulta em ações fragmentadas e

pouco eficientes na solução dos problemas ambientais urbanos. A ausência de articulação entre diferentes níveis de governo também contribui para a ineficiência das políticas públicas, dificultando a implementação de ações coordenadas e integradas.

A participação social é outro desafio para a governança ambiental no Brasil. De acordo com Santos, embora existam mecanismos de participação, como os conselhos de meio ambiente e as audiências públicas, a efetiva participação da sociedade na tomada de decisões ambientais ainda é limitada. Muitos cidadãos não têm acesso às informações necessárias para participar de forma qualificada, e há uma carência de educação ambiental que capacite a população a atuar como um agente ativo na proteção do meio ambiente. Além disso, a falta de transparência em alguns processos decisórios e a burocracia excessiva são fatores que dificultam o engajamento da sociedade na governança ambiental.

Outro desafio relevante é a precariedade na fiscalização e na aplicação das normas ambientais. Segundo (Costa, 2021), a fiscalização ambiental no Brasil enfrenta problemas estruturais, como a falta de recursos humanos e financeiros, o que compromete a capacidade de garantir o cumprimento das normas ambientais. A falta de fiscalização eficaz contribui para a degradação dos recursos naturais e para a perpetuação de práticas que não são sustentáveis, dificultando o avanço rumo a cidades mais sustentáveis.

4 LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E A CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981) é um dos marcos mais importantes nesse sentido, pois define os princípios e instrumentos necessários para a gestão ambiental no Brasil. Essa lei introduziu a ideia do licenciamento ambiental e da avaliação de impacto ambiental como instrumentos essenciais para assegurar que o crescimento das cidades ocorra de forma ordenada e que os impactos negativos sejam minimizados.

Outro importante instrumento é a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), que trouxe a responsabilização penal e administrativa para as infrações ambientais, prevendo sanções tanto para pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas. Para Costa (Costa, 2021), essa lei representa um importante passo na proteção do meio ambiente, pois cria mecanismos coercitivos que desestimulam práticas prejudiciais e incentivam o cumprimento das normas ambientais. No contexto urbano, a aplicação rigorosa dessa lei contribui para a manutenção da qualidade ambiental e para a promoção da sustentabilidade.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) também se destaca como uma das principais normas ambientais relacionadas à sustentabilidade urbana. Essa lei estabelece diretrizes

para a gestão integrada dos resíduos sólidos, promovendo a responsabilidade compartilhada e incentivando a reciclagem e o reaproveitamento dos materiais. No contexto das cidades, a implementação eficaz dessa política é fundamental para reduzir a poluição e garantir que o desenvolvimento urbano seja mais limpo e responsável.

A Lei de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) também é essencial para a construção de cidades sustentáveis. Almeida (2020) destaca que essa lei tem como objetivo principal incentivar o uso de meios de transporte sustentáveis, como o transporte coletivo e não motorizado, o que é fundamental para a redução das emissões de gases de efeito estufa e para a melhoria da qualidade do ar nas áreas urbanas. A mobilidade urbana eficiente é um dos pilares da sustentabilidade nas cidades, pois contribui para a inclusão social e para a qualidade de vida dos cidadãos, além de mitigar os impactos ambientais causados pelo excesso de veículos motorizados.

As decisões judiciais têm desempenhado um papel fundamental na concretização das políticas públicas voltadas à sustentabilidade urbana no Brasil, especialmente em face da frequente omissão dos poderes Executivo e Legislativo em implementar as diretrizes previstas na legislação ambiental. O Poder Judiciário tem sido uma ferramenta crucial para garantir a efetivação dos direitos ambientais consagrados na Constituição Federal de 1988, que estabelece, no artigo 225, o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Uma decisão importante do Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu a obrigatoriedade da elaboração e da revisão dos planos diretores municipais como um instrumento fundamental para a sustentabilidade urbana, destacando a importância do planejamento urbano na preservação ambiental.

O STJ determinou que os municípios têm a responsabilidade de garantir a destinação adequada dos resíduos, promovendo a coleta seletiva e a reciclagem. Essa decisão evidencia a necessidade de uma gestão eficiente dos resíduos urbanos para evitar impactos ambientais negativos, como a contaminação do solo e dos recursos hídricos. Ademais, o Judiciário também tem se posicionado sobre a necessidade de preservar áreas de proteção permanente (APPs) dentro do contexto urbano.

Segundo Costa (2021), uma decisão recente do Supremo Tribunal Federal (STF) reafirmou a importância da manutenção das APPs para garantir a qualidade de vida nas cidades, evitando enchentes e deslizamentos de terra. Essa decisão contribui para consolidar a ideia de que o crescimento urbano deve respeitar os limites ambientais e promover a conservação dos recursos naturais, fundamentais para a sustentabilidade.

O direito internacional também exerce um papel importante no fortalecimento da sustentabilidade das cidades, especialmente por meio de tratados e acordos que visam a promoção do desenvolvimento sustentável em escala global. De acordo com Almeida (2020), o Acordo de Paris,

assinado em 2015, é um dos principais marcos internacionais no combate às mudanças climáticas e estabelece metas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, o que impacta diretamente as políticas urbanas dos países signatários. Para que as cidades possam se tornar mais sustentáveis, é essencial que o Brasil implemente ações locais alinhadas às metas internacionais, como o incentivo ao uso de energias renováveis e a promoção de uma mobilidade urbana menos poluente.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecida pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), também influencia diretamente as políticas urbanas. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 11, que visa “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (Silva, 2018), são guias importantes para o planejamento e a gestão das áreas urbanas. No Brasil, essa agenda tem orientado a elaboração de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano que busquem a integração entre as dimensões social, ambiental e econômica, promovendo cidades mais sustentáveis e resilientes.

O direito internacional ambiental também reflete compromissos que os países assumem para garantir que o desenvolvimento urbano respeite os limites ambientais globais. Afirma Loureiro (2017) que tratados como a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e a Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas são exemplos de acordos que incentivam os países a adotarem medidas para proteger a biodiversidade e os recursos hídricos, inclusive em áreas urbanas. Esses tratados reforçam a necessidade de que as cidades adotem práticas sustentáveis que não apenas minimizem os impactos ambientais, mas que também promovam a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais.

5 INSTRUMENTOS DE CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA SUSTENTABILIDADE URBANA

O licenciamento ambiental é um dos principais instrumentos de controle para assegurar que o desenvolvimento urbano ocorra de forma ambientalmente adequada, minimizando os impactos negativos sobre o meio ambiente. O licenciamento ambiental é fundamental para regular as atividades potencialmente poluidoras, garantindo que as empresas e os empreendimentos urbanos cumpram os padrões ambientais estabelecidos pelas legislações vigentes. No contexto urbano, o licenciamento desempenha um papel crucial ao impor condições que visam preservar áreas de proteção, mitigar impactos ambientais e assegurar que os recursos naturais sejam utilizados de forma racional.

De acordo com (Costa, 2021), o processo de licenciamento ambiental envolve diferentes etapas, desde a apresentação de estudos de impacto ambiental até a fiscalização do cumprimento das condições impostas pelos órgãos ambientais. Essas etapas são essenciais para garantir que as atividades sejam realizadas de maneira sustentável, evitando a degradação do meio ambiente e

promovendo o uso racional dos recursos naturais. O controle urbano, associado ao licenciamento ambiental, contribui para que o planejamento das cidades seja conduzido de forma a evitar problemas como poluição do ar, contaminação dos recursos hídricos e ocupação irregular de áreas de risco.

Ferreira (2018) afirma que, no Brasil, o licenciamento ambiental é um dos instrumentos mais relevantes para o controle do desenvolvimento urbano, sendo utilizado como uma ferramenta para alinhar o crescimento das cidades aos objetivos de sustentabilidade. O plano diretor, que é outro importante instrumento de controle urbano, deve ser desenvolvido em consonância com as exigências do licenciamento ambiental, garantindo que as obras de infraestrutura e os empreendimentos respeitem os limites ambientais e não comprometam a qualidade de vida da população. A integração entre o licenciamento e o planejamento urbano é, portanto, fundamental para garantir cidades mais sustentáveis.

A participação social é um elemento fundamental para a sustentabilidade urbana, pois garante que as vozes da sociedade sejam ouvidas nos processos de tomada de decisão sobre o meio ambiente e o planejamento urbano. Segundo (Santos, 2019), os conselhos ambientais são mecanismos essenciais para a promoção da participação cidadã na formulação e implementação de políticas públicas ambientais. Esses conselhos são formados por representantes da sociedade civil, do poder público e do setor privado, garantindo um espaço de debate e deliberação sobre questões ambientais de interesse coletivo.

A participação da sociedade em conselhos ambientais contribui para a democratização das políticas públicas e para a transparência dos processos decisórios. Nos conselhos, a população tem a oportunidade de fiscalizar a atuação do poder público e de influenciar a elaboração de normas e diretrizes que impactam diretamente o meio ambiente urbano. Além disso, os conselhos ambientais atuam na discussão de temas como licenciamento de empreendimentos, aprovação de projetos e a definição de áreas de preservação, fortalecendo o papel da sociedade na promoção da sustentabilidade.

Ferreira reforça que a participação social deve ser incentivada em todos os níveis do planejamento urbano, garantindo que os cidadãos possam contribuir para a definição das políticas de uso do solo, mobilidade, infraestrutura e preservação ambiental. A educação ambiental também é um fator importante para fomentar a participação da sociedade, uma vez que o conhecimento sobre as questões ambientais possibilita que os cidadãos se engajem de forma mais ativa e qualificada nos processos de discussão e decisão. Assim, os conselhos ambientais e a participação cidadã contribuem para que as cidades se desenvolvam de maneira mais justa e equilibrada, respeitando os princípios da sustentabilidade.

Algumas cidades brasileiras se destacam pela adoção de práticas voltadas à sustentabilidade urbana, servindo como exemplos de como o licenciamento ambiental, o controle urbano e a participação social podem ser utilizados de maneira eficaz para promover o desenvolvimento sustentável.

De acordo com (Oliveira, 2019), a cidade de Curitiba, no Paraná, é um exemplo emblemático de planejamento urbano sustentável, sendo reconhecida internacionalmente por suas iniciativas voltadas para a mobilidade urbana, a gestão de resíduos sólidos e a preservação ambiental. O sistema de transporte público integrado e a ampliação das áreas verdes urbanas são alguns dos elementos que colocam Curitiba como um modelo de sustentabilidade, demonstrando que é possível aliar crescimento urbano e qualidade ambiental. Outra cidade que se destaca pela adoção de práticas sustentáveis é São Paulo. A capital paulista tem desenvolvido projetos que visam reduzir os impactos ambientais causados pelo crescimento urbano, como a implantação de ciclovias e a ampliação da coleta seletiva de lixo (Almeida, 2020). Além disso, iniciativas como o programa de hortas comunitárias em terrenos públicos têm contribuído para melhorar a qualidade de vida dos moradores, promovendo a agricultura urbana e a inclusão social. A cidade também tem buscado fortalecer a participação cidadã através de conselhos e audiências públicas, visando garantir que as demandas da população sejam contempladas nas políticas públicas de planejamento urbano.

Já (Ferreira, 2018) destaca ainda o caso da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que possui uma longa tradição de participação cidadã no planejamento urbano. O orçamento participativo, implementado na década de 1990, é um exemplo de como a população pode influenciar diretamente a destinação dos recursos públicos e garantir que as obras e projetos estejam alinhados aos princípios da sustentabilidade. A partir dessa experiência, Porto Alegre conseguiu avançar na gestão de recursos hídricos e na criação de parques e áreas de lazer, promovendo um ambiente urbano mais saudável e equilibrado.

Esses estudos de caso demonstram que a construção de cidades sustentáveis depende de uma combinação de instrumentos de controle, como o licenciamento ambiental, de mecanismos de participação social, como os conselhos ambientais, e de uma gestão urbana integrada e planejada. O desafio para as cidades brasileiras é replicar essas boas práticas em outras regiões do país, adaptando-as às especificidades locais e garantindo que o desenvolvimento urbano ocorra de maneira justa e sustentável. A experiência de cidades como Curitiba, São Paulo e Porto Alegre mostra que é possível enfrentar os desafios ambientais urbanos e construir um futuro mais equilibrado e inclusivo para todos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo investigar o papel do direito ambiental na construção de cidades sustentáveis, destacando a relevância de marcos legais e da governança ambiental para o desenvolvimento urbano equilibrado. Com base na análise realizada, pode-se concluir que o direito ambiental desempenha uma função crucial na regulamentação das atividades humanas, na proteção dos recursos naturais e na promoção de políticas públicas que integram as dimensões econômica, social e ambiental.

A sustentabilidade urbana surge como uma resposta aos desafios impostos pela urbanização desordenada, que gera impactos como a poluição, a degradação ambiental e o aumento das desigualdades sociais. Nesse contexto, o direito ambiental oferece um arcabouço normativo que orienta o planejamento e a gestão das cidades, garantindo que o desenvolvimento ocorra de forma responsável e sustentável. Os instrumentos legais analisados, como o licenciamento ambiental, a avaliação de impacto ambiental e as políticas nacionais de resíduos sólidos e mobilidade urbana, constituem pilares fundamentais para a implementação de práticas que visam à preservação ambiental e à melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

A governança ambiental foi destacada como um componente indispensável para a efetividade das políticas públicas de sustentabilidade. A articulação entre poder público, setor privado e sociedade civil é essencial para a construção de um sistema de gestão participativo e descentralizado, capaz de enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. A participação social, garantida por mecanismos como conselhos de meio ambiente e audiências públicas, fortalece o processo decisório, promovendo maior transparência e alinhamento das políticas públicas às necessidades reais da população.

Entretanto, a governança ambiental no Brasil ainda enfrenta desafios significativos. A falta de integração entre políticas setoriais, a deficiência na fiscalização e a limitada participação cidadã são obstáculos que comprometem a implementação de ações mais eficazes. Para superá-los, é imprescindível investir em educação ambiental e em iniciativas que incentivem o engajamento da população nos processos de planejamento urbano. Além disso, a adoção de tecnologias inovadoras e a criação de incentivos econômicos para práticas sustentáveis podem contribuir para tornar as cidades mais resilientes e adaptadas às mudanças climáticas.

O artigo também ressaltou a importância do planejamento urbano sustentável como instrumento estratégico para a organização do espaço urbano de maneira equilibrada. Ferramentas como o plano diretor e o zoneamento ecológico-econômico foram identificadas como essenciais para orientar o uso e a ocupação do solo, garantindo a preservação das áreas de proteção ambiental e a promoção de espaços verdes. Esses instrumentos são fundamentais para mitigar os impactos negativos

das atividades urbanas e assegurar um ambiente urbano mais saudável e inclusivo. Exemplos de boas práticas em cidades brasileiras evidenciam que a integração entre legislação ambiental, governança e participação social pode resultar em iniciativas bem-sucedidas voltadas à sustentabilidade urbana. Cidades que investiram em mobilidade sustentável, gestão eficiente de resíduos e ampliação de áreas verdes demonstraram que é possível aliar crescimento econômico à proteção ambiental, proporcionando maior qualidade de vida para seus habitantes.

Por fim, a construção de cidades sustentáveis exige um compromisso coletivo, envolvendo diferentes atores sociais e políticas intersetoriais. O direito ambiental, ao estabelecer diretrizes claras e mecanismos de controle, desempenha um papel central na promoção de um modelo de desenvolvimento urbano que respeite os limites do meio ambiente e assegure justiça social. No entanto, para que as leis sejam efetivas, é necessário um esforço contínuo para fortalecer a governança, garantir a aplicação das normas e promover uma cultura de sustentabilidade entre os cidadãos.

Em um cenário de crise ambiental global, as cidades desempenham um papel estratégico na mitigação dos impactos ambientais e na promoção de um futuro mais sustentável. Portanto, o fortalecimento das políticas públicas e da governança ambiental deve ser visto como uma prioridade, não apenas para atender às demandas atuais, mas também para assegurar que as gerações futuras possam usufruir de um ambiente urbano equilibrado e resiliente. O desafio está lançado: construir cidades que sejam verdadeiramente sustentáveis e inclusivas, capazes de enfrentar os desafios do século XXI de maneira integrada e eficiente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José. Mobilidade Urbana e Sustentabilidade. 2. ed. São Paulo: Editora Horizonte, 2020.
- BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: A Transformação das Pessoas em Mercadorias. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm Acesso em: 17 set. 2025.
- BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm Acesso em: 17 set. 2025.
- BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: O que é – O que não é. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Direito Constitucional e Ambiental. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2014.
- CAPRA, Fritjof. As Conexões Ocultas. São Paulo: Cultrix, 2002.
- COSTA, Maria. Instrumentos de Controle Ambiental: o Licenciamento no Contexto Urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2021.
- CRUZ, Paulo; BODNAR, Zenildo. O Novo Paradigma do Direito na Pós-Modernidade. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito, p. 75-83, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/777> Acesso em: 17 set. 2025.
- FERREIRA, Antônio. Planejamento Urbano Sustentável: Instrumentos e Desafios. Curitiba: Editora Juruá, 2018.
- LOUREIRO, Carlos. Governança Ambiental e Participação Social. 4. ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 2017.
- MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2016.
- OLIVEIRA, Fernanda. Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil: Desafios e Perspectivas. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, 2015.
- RIBEIRO, Ana. Educação Ambiental e Sustentabilidade Urbana. Florianópolis: Editora Insular, 2022.
- SANTOS, Roberto. Participação Social e Sustentabilidade Urbana. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2019.

SILVA, Marcos. Direito Internacional e Sustentabilidade: Tratados e Acordos. 3. ed. Recife: Editora Universitária, 2018.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; SOARES, Josemar Sidnei. A superação da distinção ontológica entre o homem e a natureza como desafio ético no enfrentamento da crise ecológica global. Revista de Direito Ambiental e Socioambientalismo, v. 7, n. 2, p. 22-42, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.tjac.jus.br/index.php/esjudtjac/article/view/22> Acesso em: 17 set. 2025.

SOUZA, Maria Claudia da Silva Antunes de; SOARES, Josemar Sidnei. Política Jurídica, Vida para Consumo e Pandemia. Revista Jurídica Unicuritiba, v. 05, n. 62, p. 538-565, 2020. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/4972> Acesso em: 17 set. 2025.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. 2. ed. São Paulo: Editora Garamond, 2015.